

Arinos sugere incluir negros

Um dos documentos que se divulgou ontem sobre a Comissão Constitucional história os últimos contatos e providências adotados por Tancredo Neves antes de hospitalizar-se na noite de 14 de março passado. Num desses contatos, o professor Afonso Arinos, que Tancredo desejou para a presidência da comissão, recomenda uma forma de democratizá-la: "Deveria haver alguns pretos" no grupo. Aceita a sugestão de Afonso Arinos, três negros integram a comissão: o jornalista carioca Carlos Alberto de Oliveira, o geógrafo balano Milton Santos e a vereadora petista Benedita da Silva, do Rio.

Eis o documento que conta os últimos contatos de Tancredo pela Constituinte:

"O presidente Tancredo Neves, antes mesmo de eleito, conversou com seus assessores imediatos a propósito da formação de uma comissão encarregada de preparar esboço de anteprojeto a Constituição. Ele, em todos os seus discursos, colocava o problema institucional como o mais grave e sempre lembrava os de ajustes históricos entre as cartas políticas e a realidade social do País.

Poucos dias antes de sua posse, Tancredo amadureceu seu propósito. Ao convidar o deputado Fernando Lyra para ministro da Justiça, Tancredo expôs-lhe rapidamente a sua ideia, e pediu-lhe que voltassem a falar sobre o assunto. Na segunda entrevista, na segunda-feira (11 de março) que antecedeu a sua hospitalização, Tancredo discutiu com Lyra a constituição do grupo que, a seu ver, não podia ser integrado apenas de juristas, mas também de algumas pessoas representativas dos meios sindicais, entregando ao ministro uma lista de 33 pessoas, na sua imensa maioria juristas conhecidos. Decidiu-se, também nesta reunião, que o secretário-executivo seria o jornalista Mauro Santayana, assessor de Tancredo desde antes da campanha para o Senado em 1978.

O presidente, pelo telefone, convidou o professor Afonso Arinos para presidir a comissão, esclarecendo o seu caráter amplo e o seu objetivo e dizendo que os detalhes seriam discutidos posteriormente.

No dia seguinte, terça-feira, o ministro Fernando Lyra, acompanhado do jornalista Mauro Santayana, visitou o professor Afonso Arinos na residência em que este se hospedava em Brasília. Naquela ocasião, consultando anotações que trazia, Lyra leu para o Sr. Afonso Arinos al-

guns nomes, com os quais concordou o ex-ministro das Relações Exteriores. Na conversa, cordial, que durou mais ou menos uma hora, o Sr. Afonso Arinos lembrou a circunstância de que um seu avô, Cesário Alvim, havia preparado a lei eleitoral que possibilitou a convocação da Constituinte de 1891, e que seu pai, o ministro Afrânio de Mello Franco, fora o presidente da comissão que redigira o projeto constitucional de 1934. Durante a conversa, o professor Afonso Arinos, que é o autor da conhecida lei contra a discriminação racial, manifestou a opinião de que "deveria haver alguns pretos" no grupo, e Fernando Lyra lhe disse que a comissão não discriminava etnias, lembrando-se dos nomes do jornalista Carlos Alberto de Oliveira, secretário do Trabalho no Rio de Janeiro, do geógrafo Milton Santos, da Bahia, e da vereadora Benedita da Silva, do Rio.

Na quarta-feira seguinte, Tancredo conversou novamente sobre a comissão com Fernando Lyra e, na quinta-feira, pouco tempo antes de ser internado, ao despachar com Mauro Santayana, na Granja do Riacho Fundo, voltou a discutir o assunto. Tancredo disse, então, que o propósito que tinha, ao nomear a comissão, não era apenas o de encomendar um texto que servisse de base aos trabalhos da Assembléia Constituinte, mas criar um fato político, capaz de estimular o grande debate nacional sobre a natureza do Estado a ser instituído. "Ninguém sabe o que é uma Constituição, no Brasil, principalmente por causa destes vinte anos de arbítrio. Já faz quarenta anos que se reuniu o último poder constituinte legítimo neste País", disse a seu assessor. A existência da comissão, e a presença, nela, de líderes sindicais, como o mineiro João Paulo Pires de Vasconcelos, e o presidente da Contag, José Francisco, permitiria um amplo debate sobre a natureza da Constituição e o papel soberano da Constituinte.

Dessa maneira — era a opinião de Tancredo — o povo escolheria com mais responsabilidade os delegados constituintes. Além disso, o Presidente pretendia que o texto fosse concluído em 15 de novembro deste ano, o que permitiria um bom tempo para o debate público, enquanto se processasse a campanha eleitoral do ano que vêm. Dessa maneira, a discussão do texto constitucional estaria vinculada à escolha dos candidatos à Constituinte, facultando, assim, uma legitimidade maior dos escolhidos a integrá-la.